



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS/SC

4 **ATA DA 87ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO**
5 **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SANTA**
6 **CATARINA**

7
8 Ata n. 98 - Realizada aos quatorze dias do mês de novembro de 2019, com início às
9 quatorze horas, na sede do IPREV/SC, situado na Rua Visconde de Ouro Preto, n.
10 291, Centro, 9º andar, Florianópolis, Santa Catarina. **Presenças:** Conselheiros
11 Titulares: 1. Adilor Danieli; 2. Aldrin Silva de Souza; 3. Alessandro Colares Coelho; 4.
12 Alex Lemos Kravchychyn; 5. César Barreto S. da Silva; 6. Felipe Wildi Varela; 7. Johni
13 Lucas da Silva; 8. Marcos Felipe; 9. Maria Nagiba Zattar; 10. Terezinha Rodrigues;
14 11. Victor Inácio Kist; Conselheiros Suplentes: 12. Anderson Luz dos Santos; e 13.
15 Joffre W. Valente. **Encaminhamentos:** O Presidente do Conselho de Administração,
16 Johni Lucas da Silva, constatou a existência de *quórum* legal para a instalação da
17 sessão, ao que foi declarada instalada. Devido a presença do Presidente do IPREV
18 Kliwer Schimitt, do Diretor de Administração e Finanças Yuri Carioni Engelke e do novo
19 Atuário Contratado pelo IPREV, Luiz Claudio Kogut, o Presidente fez a inversão da
20 Pauta para o Item 3, Apresentação do Atuário do IPREV, sobre o impacto atuarial no
21 RPPS/SC das alterações implementadas pela PEC 06/201. O Atuário foi contratado
22 emergencialmente após o falecimento do Atuário Francisco Magro. O novo Atuário
23 trabalha a 33 anos com previdência e apresentou um estudo com base na Emenda
24 Constitucional n. 103/2019, ele destacou o impacto atuarial e também as hipóteses
25 utilizadas, o estudo apontou dados da mudança no cálculo de tempo de trabalho, de
26 contribuição, benefícios e também a diferença das despesas do Estado considerando
27 as mudanças da Emenda Constitucional em cada um dos poderes. Finalizada a
28 apresentação, o Presidente do IPREV, Kliwer Schimitt informou sobre o andamento
29 da Reforma da Previdência no Estado, que estão sendo feitas reuniões com os
30 Poderes, duas já foram executadas e na próxima semana ocorrerá a próxima reunião
31 técnica para ajustar os detalhes. A missão é encaminhar ainda este mês o projeto para
32 Assembleia Legislativa. O Presidente do Conselho Johni Lucas, informou do desejo
33 por parte do CONAD, da inclusão no Projeto, de alterações importantes na Lei
34 Complementar n. 412/2008. O Presidente do IPREV, disse que acredita não ser a hora
35 para solicitar outros assuntos, visto a urgência do encaminhamento do Projeto da
36 Reforma da Previdência à ALESC. O Presidente Johni agradeceu a apresentação
37 atuário, a presença do Presidente do IPREV e deu sequência à reunião colocando
38 para aprovação a Ata da 86ª Sessão Ordinária, que foi dispensada a leitura, em virtude
39 de já ter sido enviada por e-mail a todos os Conselheiros, a qual foi aprovada por
40 unanimidade dos presentes. O Presidente seguiu o edital de convocação chamando
41 para o **Item 1**, da ordem do dia, Análise do Processo IPREV n. 003686/2019, que trata
42 da Taxa de Administração para o ano de 2020, que a Conselheira Maria Nagiba Zattar,
43 foi a relatora. Depois de estudos feitos pelo IPREV, foi sugerido para a taxa de
44 administração, para ao ano de 2020, o percentual de 0,831% , a qual a relatora
45 aprovou com a seguinte ressalva: “ A ressalva é com o objetivo de analisar o valor
46 orçamentário a ser aprovado na ALESC e garantir a este Conselho de reduzir antes
47 de 2020, caso os valores aprovados na Assembleia Legislativa não confirmem as
48 expectativas dos técnicos do Instituto.” O Presidente colocou para votação, aprovado
49 por todos sem a ressalva, visto que é praxe a devolução das sobras aos poderes.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS/SC

50 Passado para o **Item 2**, Processo IPREV n. 5439/2019, que refere-se à Política de
51 Investimentos para o ano de 2020, o Conselheiro Anderson Luz dos Santos,
52 apresentou o relatório com o voto pela aprovação da política de investimentos
53 proposta pelo Comitê de Investimentos, e ratificado pelo Presidente do IPREV,
54 colocado em votação, o Conselheiro César Barreto Spillere da Silva, se posicionou
55 com ressalva, por não concordar com a possibilidade da aplicação dos recursos em
56 fundos que contenham títulos privados, 5 (cinco) Conselheiros votaram com o
57 Conselheiro Cesar e 6 (seis) Conselheiros votaram com o Relator. O Conselheiro
58 Joffre W. Valente, solicitou ao relator incorporar na introdução do corpo do Parecer o
59 registro visando a adequada forma e a necessária contextualização, o Parecer similar
60 do ano anterior ou documento equivalente sobre a “Política de Investimentos 2016”.
61 Os quais foram encontrados somente elementos nas atas das 41ª e 42ª sessões
62 ordinárias, sobre assuntos mais diretamente pertinentes ao Plano de Investimento
63 anterior destacam-se, na 41ª sessão ordinária, de 03.12.2015, que: “o Conselheiro Dr.
64 *Juliano Dossena, representante do Poder Executivo, [...] repassou aos Conselheiros*
65 *a notícia sobre a possível extinção do Fundo Previdenciário (PLC 00041.5/2015)”*; o
66 *Diretor de Gestão de Recursos Previdenciários do IPREV, Sr. Marcelo Panosso*
67 *Mendonça, explanou sobre a Política de Investimentos para o exercício de 2016, ainda*
68 *que diante do novo cenário previdenciário com a possível aprovação pela Assembleia*
69 *Legislativa do Estado de Santa Catarina da extinção do Fundo Previdenciário, e sua*
70 *junção ao Fundo Financeiro, conforme PLC 00041.5/2015. [...] Relatou sobre a*
71 *utilização do IRF-M (Índice de Renda Fixa de Mercado/Anbima) e que o Comitê*
72 *Investimentos optou por utilizar este título com menor volatilidade, em vista do cenário*
73 *econômico, visando a segurança e menor perda de recursos previdenciários.*
74 *Salientou que os rendimentos do Regime Próprio estão acima da média dos outros*
75 *Regimes Próprios de Previdência da Federação, por conta desta estratégia adotada*
76 *no início de 2015. Se houver a junção dos Fundos Financeiro e Previdenciário, deverá*
77 *haver adequação de toda a carteira de investimentos, para adequação à Resolução*
78 *do Ministério da Previdência. Informou que todos os membros do Comitê de*
79 *Investimentos estão certificados, conforme exige a legislação previdenciária. Disse*
80 *que haverá o desenquadramento da Política de Investimentos, se for confirmada a*
81 *junção dos Fundos Financeiro e Previdenciário. Houve deliberação por moção do*
82 *Conselho de Administração em contrariedade à extinção do Fundo Previdenciário,*
83 *com indicação expressa das implicações de sua extinção. Então, sinteticamente,*
84 *houve apresentação pelo senhor Marcelo Panosso Mendonça, análise e discussão na*
85 *referida Sessão, resultando na aprovação do Plano, ainda que num ambiente que*
86 *resultou na aprovação da Lei Complementar (Estadual) n. 662/2015, que contradiz*
87 *alguns pressupostos da Legislação Federal, entre as quais a visão de longo prazo.”* O
88 que foi aprovado pelo relator e por todos os Conselheiros. Passado então para
89 **Assuntos Gerais**, o Presidente Johni Lucas da Silva informou da sua participação
90 nas reuniões com o IPREV e os Poderes Estaduais para tratativas da adequação à
91 Reforma da Previdência. E como o Presidente do IPREV já havia informado o objetivo
92 é o envio do Projeto de Reforma da Previdência Estadual para ALESC, ainda neste
93 mês. **Encerramento**: Nada mais tendo a tratar o Presidente encerrou a sessão às
94 16h00, na qual eu, Terezinha Rodrigues, Conselheira e Secretária, lavrei a presente



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS/SC**

- 95 Ata que será submetida à análise, deliberação e aprovação pelo Conselho de
96 Administração, de acordo com o disposto no Regimento Interno. Nada mais.

Johni Lucas da Silva
Representante Poder Legislativo
Conselheiro Titular - Presidente


Terezinha Rodrigues
Representante Ministério Público
Conselheira Titular - Secretária

Adilor Danieli
Representante Poder Judiciário
Conselheiro Titular

Aldrin Silva de Souza
Representante do Poder Executivo
Conselheiro Titular

Alessandro Colares Coelho
Representante Poder Executivo
Conselheiro Titular

Alex Lemos Kravchychyn
Representante do Tribunal de Contas
Conselheiro Titular

César Barreto Spillere da Silva
Representante Ministério Público
Conselheiro Titular

Felipe Wildi Varela
Representante do Poder Executivo
Conselheiro Titular

Marcos Felipe
Representante dos Pensionistas
Conselheiro Titular

Maria Nagiba Zattar
Representante dos Inativos
Conselheira Titular



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS/SC**

Victor Inácio Kist
Representante Poder Legislativo
Conselheiro Titular

Anderson Luz dos Santos
Representante do Poder Judiciário
Conselheiro Suplente

Joffre W. Valente
Representante Tribunal de Contas
Conselheiro Suplente